



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681452 - PE (2021/0227089-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : PAULO JOSE DIAS CARNEIRO
ADVOGADO : PAULO JOSÉ DIAS CARNEIRO - PE005570
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : WELLINGTON FELIX DA COSTA (PRESO)
CORRÉU : JESSICA DE MATOS AZEVEDO
CORRÉU : PAULA COSMO DE OLIVEIRA
CORRÉU : WILLAMS FELIX DA COSTA
CORRÉU : RODRIGO DE FARIAS ALVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WELLINGTON FELIX DA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (*Habeas Corpus* n. 0001833-10.2020.8.17.0000).

O paciente, condenado em 15/8/2017 à pena de 37 anos de reclusão pela prática dos crimes de homicídio qualificado, de corrupção de menor e de associação criminosa qualificada e majorada, teve negado o direito de recorrer em liberdade, mantendo-se preso preventivamente desde 13/2/2015 para a garantia da ordem pública.

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva por excesso de prazo no julgamento da apelação interposta contra a sentença penal condenatória proferida pelo tribunal do júri. Alega que o recurso interposto no dia 18/8/2017 pende de análise pelo Tribunal de origem, encontrando-se com os autos conclusos ao relator desde 5/7/2019. Afirma, ainda, a desnecessidade da custódia cautelar, ao argumento de que o paciente possui condições pessoais favoráveis.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente com a imediata expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto a apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, o que não se mostra adequado neste momento.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência